

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRICULTURA DE PROXIMIDADE EM QUESTÃO¹

PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES

MARCOS FREITAS LE MOAL

ANA GIANFRANCESCO FREIRE DE ANDRADE

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Colóquio internacional Les circuits courts de proximité: renouer les liens entre territoires et consommation alimentaire, em junho de 2013, na AgroParistech, em Paris.

RESUMO *Este artigo analisa feitos da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos no estado de São Paulo. Dois casos foram considerados para este estudo: o de um assentamento periurbano e outro de dois assentamentos situados na região do Pontal do Paranapanema. O PAA favorece a organização de circuitos curtos de proximidade, integrando no mesmo dispositivo de política pública o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar e o socorro alimentar. Nossa análise destaca as mudanças nas lógicas agroalimentares das famílias assentadas, assim como os efeitos do programa sobre os beneficiários da distribuição de alimentos.*
PALAVRAS-CHAVE *Política pública, circuitos curtos de proximidade, agricultura familiar, segurança alimentar.*

ABSTRACT *This article analyzes the effects of the Food Purchase Program (PAA – Programa de Aquisição de Alimentos), for settlements in the state of Sao Paulo. We considered two types of cases for this study: an urban perimeter settlement and a settlement located near Pontal do Paranapanema region. The PAA program stimulates proximity short circuits, incorporating support for family agriculture products commercialization and food assistance in the same public policy. Our analysis focus on changes of the settlement families' food choices as much as the effects of this public policy on the recipients of these family agriculture products.*

KEY WORDS *Public policy, proximity short circuits, family agriculture, agrarian reform, food security.*

INTRODUÇÃO

2 O Trabalho de Conclusão de Curso de Ana Gianfrancesco Freire de Andrade (2012), realizado no âmbito desta pesquisa, constituiu igualmente uma base importante de dados para a elaboração deste artigo.

Este artigo veicula resultados de duas pesquisas sobre processos de instalação de assentamentos em São Paulo. Trata-se, de uma parte, da pesquisa intitulada “Múltiplos impactos da instalação de assentamentos: estudo de casos situados próximos das grandes metrópoles paulistas”,² apoiada pelo CNPq, e, de outra parte, da avaliação dos impactos do PAA sobre as famílias assentadas do Pontal do Paranapanema, cujos procedimentos e resultados permitiram a elaboração da dissertação de mestrado de Marcos Freitas Le Moal (2012). Em ambos os trabalhos, foram examinadas as dinâmicas agroalimentares em torno dos assentamentos em foco, particularmente no que se refere à participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No primeiro caso, o estudo analisa assentamento periurbano denominado Milton Santos, situado na região metropolitana de Campinas, onde se encontram lado a lado um tecido urbano em crescimento permanente e a monocultura de cana-de-açúcar em escala industrial. No segundo caso, a análise se refere a dois assentamentos (Antônio Conselheiro e Margarida Alves) situados em Mirante do Paranapanema, na região do Pontal, longe dos grandes centros urbanos. Marcada por grandes zonas de pastagens degradadas (pertencentes a grandes proprietários fundiários) convertidas gradualmente para o cultivo de cana-de-açúcar, essa região concentra a maior parte dos agricultores assentados do estado.

O estudo em contraste dos dois casos permite evidenciar as mudanças provocadas pela adesão ao PAA em sua modalidade “Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea” (DS-PAA). Ao favorecer a construção de circuitos curtos de proximidade, o PAA constitui uma inovação considerável com vistas à segurança alimentar. Criado em 2003, tal programa integra no mesmo dispositivo de política pública o apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar e o combate à fome. Assim, os agricultores familiares devem, por

meio de uma organização que os represente, fornecer alimentos regularmente durante um ano a diferentes instituições de assistência social (SCHMITT, 2005).

Nossa análise sobre a implantação do PAA salienta particularmente as modificações das lógicas produtivas e alimentares das famílias assentadas, considerando os efeitos do programa sobre os beneficiários da distribuição dos alimentos. Nossa hipótese admite que esse dispositivo contribui, de uma parte, com a propagação de um referencial emergente de política pública no domínio agroalimentar (MULLER, 2010; DARROT e DURANT, 2010), fundado sobre princípios de uma agricultura diversificada e orgânica orientada para os mercados locais, e, de outra parte, com a emergência de novas formas de solidariedade em torno da alimentação, estabelecendo laços entre famílias de agricultores desfavorecidos e beneficiários da assistência social pública.

Agora, convém apontar que as duas pesquisas mencionadas acima foram concebidas sob uma abordagem inspirada pela noção de multifuncionalidade da agricultura (CARNEIRO e MALUF, 2003; LAURENT, MAXIME, TICHIT e MAZE, 2003). Na medida em que essa noção é indissociável daquela de desenvolvimento sustentável (RÉMY, 2005; SABOURIN, 2005), a concepção de um referencial central de circuitos curtos de proximidade, como proposto por Catherine Darrot e Guy Durant (2010), pode ser, de uma maneira bastante fecunda, integrada em nossa análise. Com efeito, esses autores concebem, por essa via, um enunciado completo do referencial de desenvolvimento sustentável no domínio agroalimentar.

Em termos metodológicos, foi constituído, no assentamento Milton Santos, um universo de vinte famílias representativas da diversidade de situações. Entrevistas do tipo “relato de vida” (BERTAUX, 1997) nos permitiram obter dados relativos às suas escolhas e motivações, notadamente em torno da adesão ao programa em questão. Nos assentamentos do Pontal, foram efetuadas trinta e três entrevistas de tipo semiestruturada

junto a famílias assentadas (das quais vinte e três participavam do programa), com o objetivo de avaliar as mudanças decorridas em razão da adesão ao PAA. Por outro lado, foram igualmente entrevistados, no âmbito das pesquisas, responsáveis de instituições sociais, de governos locais, de serviços de assistência técnica e extensão rural, de movimentos sociais e beneficiários da distribuição de alimentos.

UM REFERENCIAL DE POLÍTICA PÚBLICA EM GERMINAÇÃO?

Como sugere Pierre Muller (2010), uma política pública, tal como aquelas no domínio agroalimentar, constitui um reflexo mais ou menos claro dos debates e concorrências em torno da agenda política e social em dado momento. Nesse sentido, as políticas públicas agroalimentares são definidas em razão das representações dos problemas agrícolas, alimentares e rurais, o que leva a uma determinada compreensão de quais devam ser os objetivos da ação pública e de seus instrumentos. Esse conjunto de juízos conforma o referencial predominante da política pública em dados tempo e espaço.

Em nossa perspectiva de análise sobre uma política inovadora no domínio agroalimentar, convém apresentar, sucinta e primeiramente, a evolução, ao longo dos últimos cinquenta anos, dos referenciais que orientaram a ação pública brasileira a fim de situar a concepção e a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos. Efetivamente, a política pública nesse campo se fundou, notadamente desde os anos 1960, sobre o referencial de modernização da agricultura. Conhecida por seu caráter conservador (PALMEIRA, 1989) em razão de sua implantação sem modificação da estrutura concentrada da distribuição das terras, tal modernização no Brasil se inscreve no quadro das profundas mudanças pelas quais passam as sociedades industriais. As decisões políticas autoritárias, entre 1964 e 1984, visando acelerá-la favoreceram a integração crescente da agricultura nos circuitos industriais e

financeiros.

A partir dos anos 1980, a ação pública dirigida à modernização se ajusta cada vez mais ao referencial de mercado, ancorado na visão liberal do comércio agrícola e do papel do Estado, como bem analisa Guilherme Delgado (2001). Tratando-se de um período de transição democrática, a emergência de novos atores políticos e sociais permite todavia tornar o Estado um pouco mais permeável a outras perspectivas para a agricultura. A implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a partir de 1995, pode ser considerada como uma inovação que revela tal permeabilidade. É verdade que esse programa é, em grande medida, marcado pelo referencial modernizador, orientado aqui para a transformação da agricultura familiar. Entretanto, o Pronaf abre portas para um debate público sobre outras formas de agricultura (MORUZZI MARQUES, 2003), notadamente aquelas em conformidade com uma perspectiva ecológica.

Mesmo se no Brasil as lógicas de regulação de mercado são amplamente dominantes para conceber o desenvolvimento econômico e o futuro da agricultura, é possível considerar, com o apoio nas ideias de Pierre Muller (2010), que se multiplicam sinais de uma vontade de mudanças dos quadros cognitivos e normativos de orientação das políticas públicas. Um referencial global de desenvolvimento sustentável e um referencial setorial de agricultura sustentável parecem estar em germinação, embora seus passos possam ser tímidos e hesitantes.

Nesse âmbito, o referencial concebido por Catherine Darrot e Guy Durant (2010) de circuitos curtos de proximidade (CCP), a partir de entrevistas junto a atores implicados em iniciativas desse tipo com as quais foram obtidos argumentos, desejos e justificações, representa uma versão bastante ampla do referencial de sustentabilidade no domínio agroalimentar. Evidentemente, a emergência de tal referencial, com sua orientação se afastando intensamente dos princípios mercantis,

suscita muita tensão diante do referencial predominante de mercado.

Nessa etapa de nossa reflexão, é oportuno apresentar brevemente o ideal-tipo do referencial de CCP, o que nos será útil mais tarde. Trata-se de uma construção sobre quatro pilares: 1. sociedade; 2. meio-ambiente; 3. economia; 4. produtos.

1. O primeiro pilar é fundado sobre a vontade de assegurar um acesso mais equilibrado aos alimentos, de aumentar a solidariedade entre os cidadãos, de encorajar a tomada compartilhada de decisão e de suprimir pressões corporativas;

2. O segundo pilar se refere ao desejo de preservação da biodiversidade, da qualidade da água e dos solos;

3. O terceiro pilar se associa à promoção da ética (graças à propagação de um quadro de interação mais justo e transparente) e da autonomia em relação ao modelo industrial (com vistas, em primeiro lugar, a favorecer um modo de vida saudável e viável; em segundo lugar, a aumentar o valor agregado retido com os produtores; em terceiro lugar, a incentivar a negociação de preços justos e, enfim, melhor regular a concorrência);

4. O quarto pilar, dos produtos, se ancora na vontade de aumentar a oferta de produtos frescos e saudáveis (sem contaminantes, aditivos e tratamentos químicos), defendendo as tradições dos territórios, visando melhorar a saúde pública e o acesso aos alimentos para as famílias mais carentes.

Oportuno também observar que Catherine Darrot e Guy Durant (2010) situam nitidamente a ação pública do referencial CCP na escala local, o que nos parece muito coerente. Por outro lado, os estudos mobilizados por esses autores revelam que as experiências de CCP não refletem necessariamente o conjunto das vontades e visões apresentadas acima. Com efeito, as iniciativas se desenvolvem conforme as motivações dos atores implicados, que podem se situar mais em determinada dimensão que em outra. De todo modo, esse referencial constitui, considerando nossos objetivos, um meio pertinente para a análise de um dispositivo de política pública concebido para favorecer os CCP, como é o caso do PAA. Nossa questão

consiste então em saber em que medida o referencial de CCP está presente e se difunde no âmbito do Programa.

O ponto de partida de nossos estudos se situou em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura, particularmente em seu debate brasileiro (CARNEIRO e MALUF, 2003; MORUZZI MARQUES e FLEXOR, 2007; CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009) estreitamente ligado à reflexão sobre o desenvolvimento sustentável para as atividades agrícolas. Nessa perspectiva, foram notadamente tomadas em conta dimensões em torno da geração de renda, segurança alimentar, vitalidade do tecido social rural e preservação ambiental. Assim, os dados obtidos e as análises realizadas a partir da multifuncionalidade da agricultura se mostraram muito apropriados para efetuar uma avaliação do PAA sob as luzes do referencial de circuitos curtos de proximidade.

O PAA pode ser caracterizado como uma diversificação do apoio público à agricultura familiar, concebido para favorecer a comercialização de seus produtos. Efetivamente, esse programa se afasta das lógicas do Pronaf, principal dispositivo de sustentação da agricultura familiar, cuja orientação predominante, de tipo modernizador (especialmente no que se refere ao componente do crédito), foi realçada acima.

O PAA nasceu em 2003 no âmbito do “Fome Zero” (ação com vistas à segurança alimentar do início do governo Lula). Dessa maneira, integrando apoio público à agricultura familiar e ajuda alimentar às famílias desfavorecidas, a implantação do PAA revela uma série de inovações em termos do acesso aos mercados públicos pelos agricultores familiares. A lei que institui o programa (Lei nº 10.696/2003) simplifica a aquisição pública dos produtos comercializados pela agricultura familiar. Para se beneficiar, o agricultor deve corresponder aos critérios do Pronaf. Ademais, a aquisição dos alimentos deve responder aos objetivos do programa (notadamente, abastecimento de pessoas em situação de insegurança alimentar) e os preços de aquisição não devem ser superiores àqueles praticados nos

mercados regionais. Desse modo, foi possível contornar uma série de obstáculos que impediam a agricultura familiar de participar das compras públicas de alimento (SCHMITT, 2005). Efetivamente, trata-se de uma forma de apoio caracterizada por uma intervenção importante do Estado na comercialização e na regulação de preços dos produtos alimentares, o que é habitualmente deixado ao livre jogo das forças de mercado.

Enfim, convém destacar que o programa é particularmente analisado em razão de seu objetivo de favorecer a participação social, o que suscita uma diversidade de arranjos no nível de sua gestão local (MATTEI, 2007), e de propiciar o aumento das margens de valor agregado embolsadas pelos agricultores (SPAROVEK et al., 2007).

OS ASSENTAMENTOS CONSIDERADOS NESTE ESTUDO

Estendendo-se sobre 104 hectares perto de grandes aglomerações da região metropolitana de Campinas, o assentamento Milton Santos é composto por 68 famílias, dispondo cada uma de parcela de um hectare. A área restante é destinada à instalação de equipamentos coletivos e à proteção da natureza, considerando as áreas de preservação permanente (APP) e a reserva legal, como previsto no Código Florestal. Esse assentamento é fruto de uma mudança de estratégia por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), consistindo em privilegiar a obtenção de terras dotadas de melhor infraestrutura para a instalação dos agricultores, em particular aquelas situadas perto dos centros urbanos. Designada como “Comuna da Terra”, tal concepção no seio do movimento prescreve que esses assentamentos, situando-se em zonas próximas das grandes aglomerações urbanas, devem reunir famílias oriundas das grandes cidades, cujos projetos produtivos devem ser fundados na cooperação e na agroecologia e cujo acesso às terras deve ser coletivo (GOLDFARB, 2006). Nessa perspectiva, as famílias assentadas teriam um leque mais importante de oportunidades de obtenção de renda, assim como um acesso facilitado aos

equipamentos, informações, tecnologia e serviços públicos.

Seguindo a lógica das Comunas da Terra, a maior parte das famílias assentadas no Milton Santos residia anteriormente nas periferias das cidades de Americana, Limeira e Campinas. No entanto, convém observar que se trata de famílias migrantes que, anteriormente, vieram de outros estados (Paraná, Mato Grosso, Pernambuco, Paraíba, Ceará ou Sergipe) à procura de melhores condições de vida em grandes cidades. Os itinerários dessas famílias revelam múltiplas tentativas com vistas a fugir de situações de precariedade, as quais se associam sobretudo a um sentimento de insegurança. Assim, o assentamento constitui antes de tudo um meio para encontrar mais segurança em termos das vidas familiar e profissional.

Efetivamente, a luta do MST foi essencial para a instalação do assentamento Milton Santos, no final de 2005, em período no qual ocorre o Dia Mundial da Consciência Negra (20 de novembro), o que explica a escolha de seu nome. De fato, a prática de homenagear importantes defensores da reforma agrária é muito comum no Movimento, visando favorecer a memória e o resgate de suas ideias.

Cumprir lembrar que Milton Santos (1994) manifestava grande preocupação sobre as relações de conflito entre um espaço local, vivenciado por seus moradores, e um espaço global, orientado por uma razão e um conteúdo ideológicos de origem distante, mas chegando a cada lugar com objetivos e preceitos estabelecidos para servir aos interesses de uma minoria. O geógrafo assim escreveu que a globalização perversa, fundada sobre uma democracia de mercado e o neoliberalismo, reduz as possibilidades de afirmação das formas de vida ancoradas na contiguidade e na vizinhança solidária, quer dizer no território compartilhado. Dessa maneira, observava uma união vertical dos lugares, o que leva a uma ordem estabelecida a serviço de interesses egoístas. Nesse sentido, a coesão horizontal, em benefício do conjunto da sociedade civil, é corroída com prejuízos para a nação. Todavia, a eficácia da união vertical é frequentemente colocada em xeque,

com os agrupamentos horizontais podendo se desenvolver graças a novas formas de produção e consumo. Por exemplo, Milton Santos lembrava que a união dos agricultores para defender seus interesses lhes permitia passar de uma produção e um consumo estritamente econômicos para uma produção e um consumo políticos, localmente definidos. Desse modo, a construção de novas horizontalidades poderia permitir conceber uma outra globalização, capaz de restaurar a dignidade do homem. Com efeito, a defesa e as inovações em torno dos circuitos curtos de proximidade se inscrevem certamente nesse quadro de construção de novas horizontalidades.

Após esses parênteses, convém agora mencionar que, nos anos de 1970, as terras do assentamento em estudo foram incorporadas ao patrimônio público em razão de dívidas dos proprietários junto ao tesouro público. Mas apesar de pertencer ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), as terras continuaram a ser exploradas ilegalmente pela Usina Esther, de produção de açúcar e álcool. Graças à pressão do movimento social, elas foram transferidas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com vistas à instalação do assentamento. Contudo, ainda existem recursos na justiça contra os assentados, representando ameaças concretas em relação ao seu direito de ocupá-las.

Seja como for, o assentamento foi definido no âmbito do INCRA como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Essa proposta prevê o respeito a vários princípios ambientais, especialmente no que se refere à primazia de implantação de sistemas agroecológicos para uma produção alimentar.

A propósito, é possível identificar um amplo desconhecimento dos assentados em relação a essa categoria PDS, fenômeno vinculado certamente a uma negligência do INCRA em termos da difusão de suas propostas no assentamento. Todavia, convém salientar uma recepção favorável pelas famílias assentadas de iniciativas visando cuidados ambientais, o que, de toda evidência, se associa a uma intensa interação com atores

ligados a ONGs, sindicatos e universidades. A título de exemplo, o Núcleo de Agroecologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), criado em 2012 graças à união de diferentes grupos de estágio e de extensão, concebeu seu projeto inaugural com o objetivo de promover a agroecologia no assentamento Milton Santos. Essa proposta consiste em construir um modelo de desenvolvimento rural alternativo, conciliando a produção agrícola e a preservação ambiental de maneira economicamente viável, tal como propõe o coordenador do Núcleo, Carlos Armênio Kathounian (2001), numa perspectiva de reconstrução ecológica da agricultura.

Dessa maneira, as famílias se apoiam sobre essa postura ecológica e sobre a diversificação de sua produção alimentar para justificar a implantação do assentamento diante do amplo domínio local da monocultura de cana-de-açúcar. Porém, as possibilidades de trabalho na cidade levam alguns assentados a deixar a agricultura no segundo plano de suas atividades. De todo modo, é o PAA que permite antes de tudo assegurar uma renda importante advinda da atividade agrícola, tendo diferentes impactos sobre as estratégias e perspectivas das famílias assentadas, como veremos mais abaixo.

De outra parte, a região do Pontal do Paranapanema pode ser apresentada como uma das mais representativas no plano das tensões e dos conflitos em torno do problema agrário. Sua elevada taxa de concentração da propriedade fundiária provoca a mobilização de numerosos trabalhadores com vistas a obter terras para cultivo. Efetivamente, esse projeto reformista afronta uma perspectiva conservadora, fundada na história da ocupação agressiva das terras do Pontal.

Ao longo de um século, a região se transformou profundamente. Suas grandes florestas foram substituídas por pastagens e, mais recentemente, pela monocultura de cana-de-açúcar. A propósito, a história dessa ocupação permite lembrar os conflitos acerca da apropriação litigiosa de terras do domínio público (fraudes, violências, adoção de práticas agrícolas degradantes e desobediência da legislação ambiental).

Nesse quadro, o movimento dos trabalhadores sem terra realiza, desde os anos 1990, muitas ações de contestação contra o poder dos grandes proprietários, reclamando uma melhor distribuição fundiária. Dessa maneira, 108 assentamentos foram implantados e cerca de 6.500 famílias foram instaladas em área que corresponde a 146.000 ha da região (INCRA, 2010).

Recentemente, a expansão regional da cana-de-açúcar, financiada por sucessivos governos, provocou a conversão de grandes áreas de pastagens em monocultivo canavieiro destinado sobretudo à produção de agrocombustível. Uma parte dos agricultores assentados é atraída por esse tipo de produção, o que enfraquece os argumentos em favor da instalação de assentamentos, fundados em grande medida na defesa de uma produção alimentar.

Em razão do poder em torno da produção canavieira e das dificuldades relativas à consolidação dos assentamentos, o programa de reforma agrária do Pontal se encontra paralisado. É certo que esse programa se desenvolveu sob uma ótica produtivista, cujo símbolo mais importante, a Coocamp – cooperativa fundada no início dos anos 2000 a fim de apoiar a produção intensiva e especializada dos assentamentos – implodiu em meio a uma profunda crise. Nesse contexto, os fracassos dos projetos agrícolas nos assentamentos são consideráveis, o que conduz a um endividamento importante de muitas famílias. A base desses sistemas produtivos é a pecuária leiteira. Contudo, a degradação das pastagens e a adoção de práticas inadequadas conduzem a uma remuneração reduzida nos estabelecimentos familiares. Essa situação é bastante frequente nos assentamentos de Mirante do Paranapanema, onde as pastagens ocupam 80% da área agrícola e o leite é o principal produto.

Nesse quadro, o dispositivo Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (DS-PAA) permite difundir novas perspectivas para os assentamentos, advindas do referencial em germinação de circuitos curtos de proximidade. Como sugerido anteriormente, estes últimos favorecem o reconhecimento do caráter

multifuncional da agricultura.

Em nosso estudo no Pontal, o foco recaiu sobre os assentamentos Margarida Alves e Antônio Conselheiro. O primeiro se situa a 28 km do centro urbano de Mirante do Paranapanema. Instalado em 2006, o PA Margarida Alves ocupa uma área de 1.203 ha, onde 91 famílias residem e produzem. A maioria delas dispõe de infraestrutura básica (moradia, eletricidade, estradas), mas o abastecimento de água em termos de quantidade e qualidade não é suficiente para assegurar plenamente a produção agrícola. Por outro lado, a paisagem do assentamento é principalmente composta de um quadro monótono de pastagens erodidas, ornado aqui e ali de casas e seus quintais que, apesar de não apresentarem muitas árvores, podem ser vistos nessas circunstâncias como lugares importantes de biodiversidade.

O segundo assentamento, Antonio Conselheiro, foi implantado em 2000, em área de 1.078 ha, onde 63 famílias foram instaladas. Distancia-se 11 km de Teodoro Sampaio e 57 km de Mirante do Paranapanema. Tratando-se de um assentamento um pouco mais antigo, observa-se que as cercanias das casas são mais arborizadas, dispondo de pomar, o que permite ter a impressão de uma maior diversidade produtiva, reforçada notadamente pela existência de cultivos de mandioca e café. Contudo, predominam igualmente aqui pastos degradados, em que quase não há árvores.

OS IMPACTOS DO PAA SOB A ÓTICA DO REFERENCIAL DOS CIRCUITOS CURTOS DE PROXIMIDADE

O referencial dos circuitos curtos de proximidade é pertinente para abordar a execução do PAA, cuja orientação visa favorecer circuitos locais de abastecimento alimentar. Em particular, o dispositivo DS-PAA permite pensar em novas formas de solidariedade em torno da alimentação, graças aos laços estabelecidos entre agricultores familiares e os beneficiários

de ajuda alimentar, um dos componentes importantes desse referencial.

Tomando em conta os quatro pilares do referencial CCP, é então fecundo e didático propor uma interpretação em torno do PAA de maneira a destacar seus efeitos por dimensões. Evidentemente, as consequências do programa, em sua modalidade DS/PAA, nos assentamentos em estudo são completamente interligadas.

DIMENSÃO SOCIAL

No que se refere ao assentamento Milton Santos, os produtos alimentares adquiridos pelo DS-PAA são destinados a instituições de assistência social situadas em quatro municípios de seus arredores. Entre os beneficiários, podemos citar aidéticos, dependentes de drogas, deficientes físicos, ex-detentos e suas famílias. Nas entrevistas realizadas para a pesquisa, esses interlocutores mostraram uma apreciação muito favorável das mudanças ocorridas em termos da alimentação, mesmo sem conhecerem necessariamente o programa ou a origem dos alimentos. A esse respeito, quase a totalidade de nossos 95 entrevistados (97%) afirmam receber uma alimentação em quantidade e qualidade satisfatórias, cuja melhora é recente. No entanto, apenas 66% deles afirmam que conhecem a origem dos alimentos, nesse caso, o assentamento. O programa é ainda menos conhecido, pois somente 27% dos entrevistados manifestam ter conhecimentos sobre as características dessa ação pública. De toda maneira, é possível identificar, graças ao Programa, um processo embrionário de reconhecimento por parte dessa população vulnerável do papel da atividade agrícola local: alguns discursos salientam a importância de um apoio à agricultura alimentar local, o que deveria implicar em outro tipo de gestão das terras agrícolas.

Por outro lado, os assentados interrogados manifestam reconhecer o papel da agricultura por eles praticada

quando mencionam os preconceitos dos quais são vítimas, sobretudo nos primeiros passos do assentamento.³ É verdade que, frequentemente, os próprios assentados revelam ter anteriormente tido uma visão negativa dos sem-terra. Porém, salientam que, finalmente, foram despertados por um membro da família ou por um amigo, o que os incitou a se engajar no movimento por terra. Dessa forma, tal engajamento representou uma mudança profunda em seus espíritos.

O discurso de um dos agricultores interrogados é bem eloquente sobre o papel desempenhado pelo DS-PAA em relação à mudança de visão sobre as famílias assentadas. Esse interlocutor considera que as relações com a vizinhança se modificaram à medida em que os vizinhos passaram a conhecer a vida dos assentados. Antes, imaginavam que o assentamento Milton Santos seria o resultado de uma usurpação. Gradualmente, o fato de saber que os agricultores assentados produzem alimentos para instituições de assistência social, graças ao dispositivo DS-PAA, leva a uma metamorfose da visão sobre as famílias assentadas. Assegurando uma estabilidade para a produção, o PAA contribui também a uma multiplicação das vias de comercialização, notadamente em termos de experiências de venda direta, no próprio assentamento ou em forma de entrega a consumidores próximos. A intensificação das relações com os vizinhos favorece igualmente a superação do olhar negativo dirigido aos assentados. Ademais, o PAA contribui com a preservação da motivação que levou as famílias a se engajar no movimento por conquista de terras. Assim, o programa mantém acesa a perspectiva de reconstrução de um projeto de vida familiar mais estável e mais saudável, fundado sobre o trabalho na agricultura. Dessa maneira, os agricultores interrogados tendem a avaliar suas escolhas de forma positiva enquanto via alternativa em relação à precariedade vivida anteriormente.

É possível acrescentar, ainda, que o DS-PAA foi concebido com vistas a contribuir com a organização local dos agricultores

3 Como sugere Vera Lúcia Botta Ferrante (1997), trata-se de uma violência simbólica frequente contra os trabalhadores sem terra, cuja difusão se associa em grande medida à imagem veiculada na grande mídia do movimento social pela terra.

e sua participação nos processos locais de tomada de decisão. Nesse sentido, uma associação deve, segundo as normas do programa, conceber um projeto de entrega de produtos locais e garantir sua efetivação. Todavia, a tomada de decisão nessa associação local, no caso do assentamento Milton Santos, é concentrada na mão de poucos dirigentes, apesar da vontade manifesta por estes últimos de encorajar maior participação dos assentados. De todo modo, é no âmbito dessa associação que se planeja um leque importante de ações do assentamento (quantidade e qualidade de alimentos fornecidos, escolha das instituições beneficiadas, ritmo das entregas periódicas, etc.). Contando 98 famílias em 2009, a associação em questão é a Acoterra (Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista), que permite o escoamento de produtos alimentares de outros assentados além daqueles instalados no Milton Santos.

No caso dos assentamentos do Pontal, o DS-PAA está favorecendo o resgate e a criação de novas relações entre os próprios assentados, mas também entre os assentados e a comunidade urbana. De certa forma, os procedimentos para participar do programa estimulam o associativismo com vistas notadamente à comercialização, dimensão diferente da que se tinha até então nos assentamentos do Pontal. Geralmente, as associações eram criadas na implantação dos assentamentos com a principal função de permitir o acesso a recursos governamentais, estando, porém, a organização da produção e da comercialização em segundo plano nesse âmbito associativo. Dessa maneira, as associações não responderam a diversas aspirações dos assentados, conhecendo, conseqüentemente, grande esvaziamento. Hoje observamos um interesse crescente na regularização das associações para acessar a modalidade DS-PAA. Efetivamente, o número de adesões ao programa é crescente, o que reflete o desejo das famílias em dispor de um meio seguro de acesso às compras públicas.

Aqui vale ressaltar também nossa interpretação, segundo a qual o PAA está fomentando outras formas de concepção do engajamento associativo ou cooperativo. O modelo industrial e vertical de cooperativa, representado pela Coocamp, se esgotou. O PAA incita uma organização social, a partir da base, na comunidade com mais participação no dia a dia das associações consideradas no Pontal.

Ademais, as relações com a comunidade do entorno dos assentamentos se modificam pouco a pouco. Com efeito, foi possível constatar mudanças favoráveis para a imagem das famílias assentadas junto à população das cidades onde são distribuídos os alimentos graças ao DS-PAA. Com efeito, essa população passa a reconhecer o papel importante desempenhado pelas organizações que representam os assentados no abastecimento alimentar local.

DIMENSÃO AMBIENTAL

No plano dos efeitos do DS-PAA em termos ambientais, convém destacar que esse dispositivo do Programa prevê uma valoração dos produtos alimentares orgânicos ou agroecológicos. Os assentados do Milton Santos não recebem esse valor adicional, mas essa possibilidade favorece ações e planejamentos com vistas a alcançar um reconhecimento agroecológico. É assim que o Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP, mencionado acima, realiza atividades de formação e treinamento visando notadamente uma conversão agroecológica e que têm como foco uma horta em área coletiva e central, relativamente bem dotada em infraestrutura (para estocagem e irrigação), favorecendo as operações de comercialização. Vinte famílias cultivam ali folhosas e legumes com vistas especialmente a fornecer alimentos ao PAA. O Núcleo de Agroecologia desenvolve também outras atividades bem acolhidas no assentamento, tais como a implantação de áreas demonstrativas de sistemas agroflorestais ou a recomposição da mata ciliar.

De maneira muito similar, o DS-PAA incita uma diversificação na produção, o que modifica os sistemas produtivos nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Com efeito, o programa recebe uma resposta rápida por parte dos agricultores, que reorientam sua produção para o fornecimento diversificado de alimentos. Mesmo com uma disseminação relativamente recente, o DS-PAA permite consolidar sistemas de produção mais diversificados nos assentamentos, graças à valorização, inexistente até então, da diversidade produtiva. Pudemos observar uma variedade de cerca de 70 produtos diferentes, entre aqueles de origem vegetal e animal, destinados anteriormente ao autoconsumo, mas frequentemente com muito excedente. Esses alimentos, antes do acesso à modalidade DS-PAA, eram produzidos sem maiores cuidados. A maior parte dos recursos e do tempo disponível era voltada para poucos cultivos comercializáveis. Atualmente, a dedicação e zelo com os quintais (principalmente pomares e horta) se desenvolveram consideravelmente, ainda que a maior parte da área dos lotes seja destinada às pastagens.

Apesar da expansão da monocultura de cana-de-açúcar, representando a base de uma concepção concorrente ao PAA em termos de perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais do Pontal, o dispositivo DS-PAA contribui com a consolidação de sistemas de produção mais diversificados nos assentamentos, correspondendo a um modelo produtivo mais agroecológico. Nesse sentido, o PAA favorece o debate a região sobre outro modelo de agricultura, sob uma perspectiva de transição agroecológica, de diversificação produtiva e de produção de alimentos saudáveis.

Fundadas sobre princípios agroecológicos, alternativas agrícolas são difundidas por várias iniciativas que ocorrem nos assentamentos. Assim, desde 2010, os assentados do PA Margarida Alves e do PA Antônio Conselheiro recebem o apoio de diversas instituições (INCRA, ESALQ/USP, APTA/SP e MST) para responder às demandas de adoção de boas práticas

ambientais e para difundir sistemas produtivos diversificados, notadamente agroflorestais. Dessa maneira, o projeto “Bioenergia com Biodiversidade e Segurança Alimentar” (desenvolvido graças à cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a ESALQ/USP representada pelo Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária em Educação e Conservação Ambiental, NACE/PTECA) reúne doze famílias. Outro projeto importante dessa natureza é aquele designado “Café Sombreado”, financiado pela Petrobrás, e que conta com 50 famílias. Os dois projetos permitem desenvolver a formação dessas famílias em agroecologia, particularmente no domínio agroflorestal.

Apesar de “projetos-piloto” reunindo poucas famílias com métodos experimentais, tais iniciativas correspondem muito bem aos princípios norteadores do dispositivo DS-PAA, o que permite reforçá-las. Portanto, existe aqui uma clara sinergia: de um lado, implantação de sistemas agroecológicos, e, de outro lado, melhores preços para alimentos orgânicos. Por consequência, o PAA encoraja uma perspectiva de diversificação agroecológica e agroflorestal. Nessa medida, os projetos mencionados aqui, em favor de segurança alimentar e de agrobiodiversidade, podem contar com um aliado poderoso para disseminar suas ideias.

DIMENSÃO ECONÔMICA

No que se refere ao eixo econômico, no assentamento Milton Santos, 50 agricultores se inscreveram em projeto no âmbito do DS/PAA em 2012, fornecendo alimentos cujo valor foi de R\$ 214.997,76. Esses produtos foram destinados a cerca de 9.000 pessoas em estado de insegurança alimentar. O PAA fornece assim a principal fonte de remuneração das famílias, o que foi constatado também em 2009 (82% de um universo de 25 famílias vendiam mais da metade de seus produtos no âmbito do programa). Portanto, embora existam reclamações, tais como atraso dos pagamentos e preços por vezes julgados

insatisfatórios, o DS-PAA permite a comercialização da maior parte dos alimentos produzidos no assentamento. Além disso, a produção, que se caracteriza acima de tudo pela diversidade de cultivos (principalmente hortaliças) fortemente incitada pelo programa, assegura também certa autonomia alimentar às famílias.

Garantindo renda para os assentados, o PAA desempenha um papel preponderante para a concepção, nas palavras de todos os nossos interlocutores, de planos de investimentos no sistema produtivo dos lotes, o que permitiria a transformação constante do assentamento em lugar de vida e trabalho agradável e saudável. Essa perspectiva favorece a construção de um discurso de diferenciação e de legitimação da maneira de praticar a agricultura no assentamento em comparação com a monocultura de cana-de-açúcar. Esta última é considerada como um contra-modelo radical para o desenvolvimento local, em razão, notadamente, do uso intensivo de agrotóxicos e do desrespeito das áreas de preservação ambiental. Assim, nossos interlocutores apresentam suas agriculturas como mais respeitosas ao meio-ambiente, respondendo ainda às necessidades alimentares da população.

Esse laboratório de reconstrução da coesão social favorece a tomada de consciência de uma possibilidade concreta de se instalar enquanto agricultor. É assim que outros grupos de trabalhadores sem terra se organizaram na região. Em 2009 e 2011, duas outras ocupações, visando exercer pressão política em favor da instalação de novos assentamentos, não tiveram, todavia, sucesso. A propósito, ao longo de 2012 e início de 2013, as famílias assentadas foram ameaçadas de despejo em razão de um processo na justiça favorável aos antigos proprietários e usuários daquelas terras. A produção de alimentos destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar foi um argumento recorrente de defesa dos assentados, que conseguiram obter ganho de causa até agora.

A geração de renda e a estabilidade econômica são centrais

nas preocupações das famílias consideradas neste estudo no Pontal. Visando sua reprodução social, elas praticam atividades agrícolas e não agrícolas conforme as oportunidades. Nas circunstâncias atuais, o trabalho fora do lote torna-se cada vez mais importante. Um emprego na usina de açúcar e álcool ou no canavial pode ser visto como uma das únicas soluções para permanecer em meio rural, notadamente para os jovens.

Nesse quadro, o PAA oferece perspectivas convincentes para evitar o crescimento do proletariado rural. Com efeito, um objetivo central do programa consiste em assegurar aumento da renda aos agricultores graças à garantia da compra de seus produtos com preço justo. Nesse sentido, é inegável uma melhora na remuneração das famílias que participam do programa. Entre os agricultores interrogados, a renda daqueles que aderiram ao PAA é 36% superior aos demais. Trata-se de uma mudança recente no nível da renda familiar, mas seu peso na tomada de decisão é certamente considerável. Dessa forma, passa a ser plausível o desejo das famílias assentadas de assegurar suas necessidades a partir dos ganhos obtidos no próprio estabelecimento familiar.

Por outro lado, as mulheres estiveram em grande medida na linha de frente no que se refere ao interesse em participar do PAA, pois tal programa foi visto como um meio interessante para incrementar a renda obtida graças aos produtos dos quintais em torno das casas. Esse tipo de produção destinada em princípio ao autoconsumo é geralmente realizado pelas mulheres, que não se encarregam habitualmente das vendas no mercado. Regra geral, os excedentes dos quintais são trocados, doados ou simplesmente perdidos. Com o DS-PAA, há uma mudança no seio dos estabelecimentos familiares, graças notadamente ao reforço do papel desempenhado pelas mulheres na produção. Não é sempre certo que esse tipo de modificação no nível da lógica produtiva atinja a distribuição de papéis na família. No entanto, é possível pensar que, na medida em que o trabalho feminino é mais bem remunerado e mais evidenciado, tal fenômeno pode

reforçar a participação das mulheres no processo de tomada de decisão em torno das escolhas produtivas e comerciais.

Por fim, a diminuição da dependência do Programa Bolsa Família (PBF) constitui outro fenômeno importante provocado pela adesão ao DS-PAA. A renda obtida com as vendas dos produtos alimentares graças a esse dispositivo permite aos agricultores interrogados conceber a saída do programa de amparo às famílias em dificuldade. De fato, não são poucas as famílias que se beneficiam do PBF nos assentamentos estudados (no PA Margarida Alves, 75% das famílias consideradas e no PA Antônio Conselheiro, 50 %). Portanto, o PAA oferece uma solução de renda oriunda da produção no lugar de um benefício da assistência social.

DIMENSÃO DOS PRODUTOS

No que se refere aos produtos, convém inicialmente mencionar que o privilégio das agriculturas locais (com vocações sociais, ambientais e culturais) com vistas a soluções apropriadas para uma alimentação adequada se funda também numa perspectiva de soberania alimentar (MORUZZI MARQUES, 2010). Com efeito, os circuitos locais de produção-consumo permitem desenvolver relações mais intensas entre os atores locais, o que estimula a organização e a mobilização para valorizar os produtos agroalimentares do território.

Com esse ponto de vista analítico, é possível salientar que, no assentamento Milton Santos, o PAA favorece claramente uma produção diversificada, o que permite a nossos interlocutores mencionar muitas vezes uma melhora importante no plano alimentar das famílias, graças a um aumento sensível do consumo de legumes, ovos, frangos e verduras. De fato, os assentados afirmam constantemente que suas escolhas produtivas se associam simultaneamente às necessidades de autoconsumo e de entrega de produtos no âmbito do PAA.

Nas instituições de assistência social, as entrevistas revelam um processo de reeducação alimentar junto aos beneficiários. A variedade de produtos, frequentemente associada à sazonalidade, favorece o consumo de alimentos típicos dos hábitos alimentares regionais, cada vez mais negligenciados em razão do crescimento da alimentação industrial. De outra parte, cerca de metade das pessoas interrogadas nessas instituições considera que a qualidade dos alimentos fornecidos (frescor, bom gosto e diversidade) é ligada a uma produção orgânica ou agroecológica.

Nos municípios considerados no Pontal, houve um aperfeiçoamento em termos da acolhida de pessoas assistidas por parte das instituições sociais que recebem e distribuem os produtos alimentares disponibilizados graças ao PAA. Essas instituições podem agora ampliar seus serviços aos grupos em situação de risco, aumentando, assim, o reconhecimento de seu trabalho.

Os produtos distribuídos conforme a lógica do PAA encorajam uma diversificação do consumo alimentar das famílias em dificuldade. Dessa maneira, a alimentação de uma camada importante da população do Pontal se enriquece, incorporando principalmente legumes, verduras e frutas. Trata-se assim de uma diferenciação da regra geral; em que esses alimentos são negligenciados quando o orçamento familiar é muito restrito; negligência induzida em razão, notadamente, da publicidade midiática em favor dos alimentos industrializados (LACOMBE, 2002).

CONCLUSÃO

Este artigo evidencia os impactos provocados por um programa inovador de ação pública, tal como o PAA, tomando em conta a concepção de um referencial de política pública em torno dos circuitos curtos de proximidade. Essa noção foi fértil e operacional para construir uma análise multidimensional do programa em questão, particularmente no que se refere ao seu

dispositivo de Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (DS-PAA).

De fato, as iniciativas públicas favoráveis aos circuitos curtos de proximidade se propagam no Brasil, diante de um sistema agroalimentar amplamente dominado por uma visão industrial e mercantil da agricultura. Nesse quadro, trata-se de um tipo de apoio à agricultura familiar que oferece perspectivas pertinentes e originais para seu fortalecimento.

O DS-PAA difunde uma série de princípios reunidos no referencial de CCP, notadamente no que diz respeito a uma incitação em prol de laços de solidariedade entre produtor e consumidor, permitindo a melhora da alimentação das famílias beneficiadas pelo Programa. É possível identificar, com ele, um processo embrionário de reconhecimento por parte da população vulnerável do papel da atividade agrícola local, o que converge para a reafirmação dos ideais dos assentados. Esse dispositivo de política pública contribui igualmente com o aumento da renda dos agricultores, a partir notadamente da adoção de sistemas produtivos diversificados e da incorporação de práticas agroecológicas. Nesse sentido, o PAA incita o debate sobre uma transição agroecológica para a produção de alimentos saudáveis.

Enfim, uma fragilidade pode ser constatada no PAA no que se refere particularmente a sua pouca sinergia com outros programas destinados a sustentar a agricultura familiar, caso especialmente daqueles de créditos e assistência técnica. Assim, é possível observar uma certa cacofonia em termos das ações em vista do desenvolvimento da agricultura familiar. Seja como for, podemos também constatar uma renovação das motivações e das energias nas famílias assentadas graças ao PAA, permitindo reforçar o componente agrícola em seus projetos de reconstrução de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Ana Gianfrancesco Freire de. *Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre o reconhecimento de qualidades alimentares ligadas à produção agrícola familiar: um estudo em torno do assentamento Milton Santos*. 2012. TCC em Gestão Ambiental, Piracicaba, Universidade de São Paulo.
- BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie*. Paris: Nathan, 1997.
- CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato. (Orgs.) *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe e MALUF, Renato. (Orgs.) *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- DARROT, Catherine e DURANT, Guy. Référentiel central des circuits courts de proximité: mise en évidence et statut pour l'action. In: TRAVERSAC, Jean-Baptiste. *Circuits courts: contribution au développement régional*. Dijon: Educagri éditions, 2010.
- DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, 15 (43), São Paulo, USP: p. 157-172, 2001.
- FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Assentamentos rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal? *Raízes*, n. 15, Campina Grande, UFCG, p. 62-76, 1998.
- GOLDFARB, Yamila. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. *Agrária*, nº 5, São Paulo: FFLCH/USP, p. 109-138, 2006.
- INCRA. Acervo fundiário digital (dados dos assentamentos), 2010. Disponível em: <<http://www.acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/aplicmap/geral.htm?>>. Acesso em: 13 jun 2011.
- KATHOUNIAN, Carlos Armênio. *A Reconstrução Ecológica da Agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- LACOMBE, Philippe. *L'agriculture à la recherche de ses futurs*. Paris: L'Aube/Datar, 2002.

LAURENT, Catherine; MAXIME, Françoise; TICHIT, Muriel e MAZE, Armelle. Multifonctionnalité de l'agriculture et modèles de l'exploitation agricole. *Economie Rurale*, v. 273-274, Paris: SFER, p. 134-152, 2003.

MATTEI, Lauro. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no estado de Santa Catarina. *Sociedade e desenvolvimento rural*, v.1, n. 1, Brasília: Inagro, 2007.

MOAL, Marcos Freitas Le. Programa de aquisição de alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura. 2012. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada), Piracicaba: Universidade de São Paulo.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a criação do PRONAF. *Raízes*, v. 22, n. 2, Campina Grande: UFCG, p. 16-28, 2003.

_____. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 17 (2), Campinas: UNICAMP, p. 78-87, 2010.

_____ e FLEXOR, Georges. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. *Cadernos do CEAM*, v. 7, Brasília: UnB, p.45-66, 2007.

MULLER, Pierre. Introduction: les changements d'échelles des politiques agricoles. In : *Le monde agricole en politique: de la fin des paysans au retour de la question agricole*. Paris: Presse de Science Po, 2010, p.339-350

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, 3(7), São Paulo: USP, p. 87-108, 1989.

RÉMY, Jacques. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 12, fascículo 1, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, p. 5-50, 2005.

SABOURIN, Eric. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, n. 2, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, p. 161-189, 2005.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: _____. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 15-20.

SCHMITT, Claudia Job. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*, Ano XIV, n. 2, Brasília: Embrapa/MAPA, p. 78-88, 2005.

SPAROVEK, Gerd et al. Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA – região nordeste. *Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate - síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*, n. 5, Brasília: MDS, p. 60-62, 2007.

PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES – Professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo. <pmarques@usp.br>

MARCOS FREITAS LE MOAL – Mestre em Ciências com especialização em Ecologia aplicada, consultor internacional do Programa Alimentar Mundial (PAM) da FAO, PAM Niamey, Niger. <marcoslemaal@gmail.com>

ANA GIANFRANCESCO FREIRE DE ANDRADE – Gestora ambiental pela ESALQ/USP. <ana.gianfrancesco@yahoo.com.br >